



O Brasil e o acender das luzes das independências de Angola e Moçambique (1974-1975)

Brazil and the independences of Angola e Mozambique (1974-1975)

DOI: 10.21530/ci.v11n3.2016.513

José Alejandro Sebastian Barrios Diaz¹

Resumo

O artigo explora o sentido do reconhecimento das independências de Angola e de Moçambique para a política externa brasileira. Em abordagem histórica, concentrando-se nos anos de 1974 e 1975, esses processos são analisados à luz do cenário internacional e do pragmatismo responsável de 1974, que alterou o comando geral da diplomacia brasileira e almejou a universalização das relações internacionais do país. Fundamentado em pesquisa documental no Arquivo Histórico do Itamaraty em Brasília e no Centro de Pesquisa e Documentação Histórica do Brasil Contemporâneo, bem como na literatura especializada da área de política externa brasileira, o artigo coloca duas questões intimamente vinculadas para compreender esse momento: (i) por que o Brasil reconheceu essas independências?; (ii) de que modo foram as primeiras gestões do governo Geisel para tornar esse reconhecimento possível? Em síntese, o reconhecimento das independências não foi um fenômeno criado *ex nihilo*, mas dominado por interesses de expansão da ação internacional do Brasil.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Angola; Moçambique; Independência.

Abstract

The article explores the sense of the recognition of the Angolan and the Mozambican independence for Brazilian Foreign Policy. Drawing on a historic approach and focusing on the years of 1974 and 1975, this process is analysed in the light of the international context and that of the “Responsible Pragmatism” of 1974, which altered the general command of Brazilian diplomacy and longed for the universalization of Brazilian international relations. Grounded on documentary research conducted in the Historical Archives of Itamaraty and in the Center of Research and Historical Documentation of Contemporary Brazil, as well as

¹ Bacharel em relações internacionais, mestre em cooperação internacional & desenvolvimento e doutorando em relações internacionais na Universidade de Brasília.

Artigo submetido em 31/08/2016e aprovado em 25/11/2016.





in the Brazilian foreign policy specialized literature, the article raises two closely related issues to understand this point: “ (i) Why did Brazil recognized Angola’s and Mozambique’s independence? (ii) How were the first efforts of the Geisel government to make this recognition possible?”. In summary, the recognition of the independence was not a phenomenon created *ex nihilo*, but dominated by the interests of expansion of Brazilian diplomacy.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Angola; Mozambique; Independence.

Introdução

No dia 21 de junho de 1974, no Hotel Embaixador, na Beira, Moçambique, o cônsul-geral do Brasil em Lourenço Marques, Octávio Berenguer César, encontrou-se com o senhor Miguel Murrupa, ex-membro do comitê central da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), para discutir o futuro incerto das relações bilaterais entre os países que ali representavam em caráter não oficial. Algumas semanas depois, em 27 de julho do mesmo ano, o governo de Lisboa anunciou, por intermédio do presidente general António Spínola, o reconhecimento “da independência dos povos africanos que vivem sob seu domínio desde o século XV”, informava o cônsul por meio de telegrama secreto (ARQUIVO DO ITAMARATY, CONSULADO EM LOURENÇO MARQUES, 1974) para o Itamaraty em Brasília.

Por certo, o assunto era delicado e iria receber mais atenção do governo brasileiro no contexto das descolonizações de Angola e de Moçambique. Nesse sentido, a política externa brasileira (PEB) era uma realidade impermeável e alheia ao mundo das lutas de libertação em África e encontrou, na possibilidade de apoiar as independências de Angola e de Moçambique, uma estratégia para promover as relações entre o Brasil e outros países africanos.

A mudança produzida por uma década de luta contra o domínio colonial nas colônias africanas portuguesas², associada ao contexto internacional de choque do petróleo e de recessão econômica, criou oportunidades para assegurar uma transformação na inserção internacional do país. Com esse reconhecimento, a diplomacia de Brasília pôde dar novo alento e reforçar sua presença naquele continente, a partir do engajamento com dois pontos estratégicos da luta anticolonial na África: Angola e Moçambique, entre 1974 e 1975. Esses dois países eram o estandarte da libertação da zona austral do continente, o primeiro “a joia da coroa” para Lisboa, e o segundo “a pérola do Índico”.

2 Em Moçambique, a luta armada começou em 1964, com a Frente de Libertação de Moçambique. No caso de Angola, a luta armada eclodiu em 1961, com o Movimento Popular de Libertação de Angola.





A despeito da longa história compartilhada e dos laços culturais, políticos, sociais, dentre outros, do Brasil com países africanos, longos séculos transcorreram sem que fosse possível uma aproximação em matéria de política exterior. Sabemos que as relações do Brasil com a África não são recentes, datam da colônia, da independência e do Império³.

Todavia, no campo da política exterior, não foi possível transformar essa ontologia afro-brasileira em uma diretriz segura de inserção internacional, nem formular uma política coerente⁴ para o continente africano, a não ser a partir de 1974. Recordar-se que entre a década de 1950 e os primeiros anos da década de 1970, as relações Brasil-África eram condicionadas pelas relações com Portugal, com a exceção do ensaio africanista de 1961-1964.

A política externa que surge em 1974, o pragmatismo responsável, lança um esforço voltado para “estar presente onde estivera ausente” (BRASIL, 1975) e o mundo afro-asiático era a maior expressão dessa urgência. Havia muito em jogo para as relações internacionais do Brasil; no caso particular daquele continente, o desafio era eliminar os atritos políticos com as colônias portuguesas, que surgiram com as posições adotadas por Brasília a favor de Lisboa, e que o reconhecimento das independências em 1975 teve lugar central para superá-los, no plano discursivo e prático.

O foco deste artigo recai em analisar o processo de reconhecimento das independências de Angola e de Moçambique, nos anos 1974 e 1975. Nesse sentido, o artigo coloca duas questões intimamente vinculadas: (i) por que o Brasil reconheceu essas independências?; (ii) de que modo foram as primeiras gestões do governo Geisel para tornar esse reconhecimento possível?

A hipótese é de que, tomados isoladamente, o reconhecimento de ambos os países parece um simples gesto de soberania da diplomacia brasileira, mas considerando que o aprofundamento das relações do Brasil com a África era uma diretriz da diplomacia do governo Geisel, que naquele momento Angola

3 Para o embaixador Alberto da Costa e Silva, a independência do Brasil, as preocupações com o tráfico de escravos e as navegações comerciais cortaram o diálogo com cidades e reinos no continente africano e o Brasil se concentrou na questão diplomática com a Grã-Bretanha, cuja intenção era cessar o tráfico de escravos e o comércio entre a América e África (COSTA E SILVA, 2011, p. 23).

4 Entende-se que a falta de coerência da PEB era resultado de uma tensão de forças mais ou menos conservadoras que ignoravam a aproximação ao continente africano; a incoerência expressava-se na falta de relações com as colônias portuguesas, no uso do discurso anticolonialista e também na postura em relação à descolonização nas Nações Unidas. Uma política coerente, ao contrário, é uma política soberana, de Estado para Estado. É o que o embaixador Paulo Antônio Pereira Pinto (2016) chama de “uma política internacional (...) com respeito àquele continente”.





e Moçambique eram os dois bastiões da luta anticolonial no continente e o ambiente de recessão econômica mundial, o reconhecimento das independências não foi um fenômeno criado *ex nihilo*, mas dominado por interesses de expansão internacional do Brasil, de um projeto de poder⁵. Assim, o reconhecimento dessas independências tem papel constitutivo para a aproximação com o continente. As primeiras gestões ocorrem em 1974 com a aproximação direta do Itamaraty aos movimentos de libertação de Angola e de Moçambique e nas negociações sobre o futuro das relações bilaterais, complementadas pela postura do Brasil contra as agressões armadas rodesianas e sul-africanas em Moçambique e contra a prorrogação da independência em Angola.

A pesquisa para este artigo foi conduzida no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores em Brasília (AHI), no Centro de Pesquisa e Documentação Histórica do Brasil Contemporâneo (CPDOC) e na biblioteca do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Todas as fontes primárias citadas obedecem à organização dos arquivos visitados, mas no caso do CPDOC a consulta foi *on-line*. No Itamaraty, o principal arquivo consultado, as fontes estão organizadas por postos e assuntos, que variam de numeração e tema, arquivadas conforme o tipo de documentação, no universo temporal desta pesquisa (1974-1975), com incursões em décadas passadas, necessárias para melhor compreender o tema.

O texto está organizado em três partes, além desta introdução e das observações finais. A análise desenvolvida respeita o contexto internacional da época, descrito na primeira parte, enfatizando o lugar das descolonizações africanas nesse cenário. Em seguida, recorre-se à história da política externa brasileira para, na terceira parte, recolocar o reconhecimento das independências nas molduras em que elas ocorreram.

O contexto histórico

O contexto internacional do período em pauta é a *détente* entre as duas superpotências da Guerra Fria. Em meio à bipolaridade da ordem mundial, a distensão proporcionou mais possibilidades de atuação para os Estados que se

5 Toda política exterior faz parte de um projeto de poder que avalia o lugar de um determinado Estado no mundo. No caso do Brasil, naquele governo específico, era necessário romper os limites sistêmicos da Guerra Fria para universalizar a inserção internacional do país. Essa universalização ficaria incompleta sem a presença do Brasil no continente africano. Logo, foi necessário transformar a postura do Brasil em África, de maneira que os reconhecimentos das independências de Angola e Moçambique tiveram um lugar central nesse processo.





encontravam limitados pelo jogo das grandes potências. Foi caracterizada como um momento de desgaste no poder internacional de ambos os atores hegemônicos. Nesse sentido, era um cenário em que Estados como o Brasil encontraram lugar para adotar políticas mais autônomas, afastando-se do alinhamento direto a um dos centros de poder.

Desse contexto, surgiram importantes fenômenos para a política internacional: a assinatura do Tratado de Não Proliferação Nuclear em 1968; a ideia de uma Nova Ordem Econômica Internacional, lançada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1974; o *aggiornamento* do terceiro mundo enquanto ator nas relações internacionais, a partir do Movimento dos Não Alinhados; a guerra do Yom Kippur; o debate Norte-Sul pelo desenvolvimento; a entrada da China na Organização das Nações Unidas em 1971 e seu primeiro teste nuclear ; as descolonizações africanas, dentre outros.

A primeira metade da década de 1970 foi marcada por sucessivas crises econômicas, como o fim dos padrões de Bretton Woods e o primeiro choque do petróleo, o qual motivou o governo brasileiro a aceitar a necessidade de reorientar o comando da política exterior, a fim de adaptar-se à nova realidade. Esse último fenômeno foi inesperado para o governo brasileiro, que vivia a “opulência” do nacional-desenvolvimentismo. Ainda nos anos 1960, o preço do barril de petróleo estava em torno de US\$ 2,70 a unidade. No primeiro choque do petróleo, em 1973, o barril subiu de US\$ 3 para US\$ 12, gerando um quadro de crise econômica para países em desenvolvimento e dependentes da exportação de petróleo como o Brasil, sétimo maior exportador mundial do produto naquele momento (TOSCANO, 2004, p. 8).

O desenvolvimentismo no Brasil e o crescimento econômico característico desse período fizeram aumentar a demanda por petróleo e derivados. Conforme Toscano (2004, p. 1), o país produzia 20% do petróleo que consumia e importava 80%, a maior parte do Oriente Médio, fator que, associado à recessão, gerou desequilíbrio no balanço de pagamentos (um déficit na ordem de 4,7 bilhões de dólares em 1974).

Dois fenômenos marcaram a segunda metade do século XX em África: a construção da nação e a edificação do Estado. Segundo Elaigwu (2010, p. 537), esse cenário foi resultado do combate político pela independência no continente após a Segunda Guerra Mundial. O mundo assistiu a uma transformação no cenário internacional com o surgimento de uma série de Estados como a Líbia (1951), o Marrocos (1956), Gana (1957) e outros.





A Organização das Nações Unidas tornou-se uma plataforma anticolonialista e no final desse ano aprovou-se a Resolução 1514 (UNITED NATIONS, 1960) na Assembleia Geral em 1960, submetida por 43 países afro-asiáticos, que pediu o fim da exploração e da dominação colonial e o respeito à integridade territorial dos países que iriam surgir. Portugal esteve dentre os nove países que se abstiveram de votar.

O ano de 1960 mostrou a força continental da busca por independência e das lutas que deram um fim ao colonialismo. Entre janeiro e dezembro, dezessete⁶ países subsaarianos tornaram-se independentes e criou-se um cenário alvissareiro para as outras colônias africanas. No caso específico de Angola e de Moçambique, o colonialismo português não havia enfraquecido com o pós-guerra e mantinha-se uma rigorosa hierarquia entre os grupos sociais (na relação entre colono e colonizador) e pelas múltiplas possibilidades de exploração do trabalho escravo (CABAÇO, 2009, p. 10).

Na altura da independência, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), fundada em 1962, era o principal movimento desse país. Em Angola, diferentemente, havia nesse mesmo momento três movimentos, com distintas orientações, que se antagonizaram⁷, eram eles o Movimento Popular de Libertação da Angola (MPLA) de 1956, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) de 1961 e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) de 1966.

A região da África Austral era a zona que representava a luta contra o colonialismo porque estava composta por territórios não autônomos, como Angola, Moçambique e a atual Namíbia, território conhecido como *South-West Africa*, sob administração da África do Sul, mas também por países com regimes racistas, como as Rodésias e a África do Sul, que institucionalizou a segregação racial com a política oficial do *apartheid*.

A dimensão africana da política externa brasileira

Do ponto de vista diplomático e político, as relações do Brasil com o continente africano foram introduzidas no início dos anos 1960, com antecedentes imprecisos

6 São eles: Camarões, Togo, Madagascar, República Democrática do Congo, Somália, Benin, Nigéria, Burkina Faso, Costa do Marfim, Chad, República Centro-Africana, República do Congo, Gabão, Senegal, Mali, Nigéria, Mauritânia. Ver mais em Elaigwu (2010, p. 545).

7 O MPLA, de esquerda, era apoiado pela União Soviética, a FNLA, mais "moderada", recebeu apoio da CIA, e a UNITA recebeu apoio da África do Sul.





nos anos 1950. O chanceler Osvaldo Aranha alertou o presidente Juscelino Kubistchek em 1957 sobre consequências de desconsiderar a força que tinham as descolonizações (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 62).

Outro antecedente foi o memorando (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA NA ÍNDIA, 1959) do embaixador brasileiro na Índia, José Chocrane de Alencar que, em 15 de fevereiro de 1959, buscou chamar a atenção do chanceler Negrão para o papel do Brasil nas descolonizações afro-asiáticas, da qual a Índia foi pioneira em 1947. O embaixador citou a revista alemã *Der Spiegel*, que entrevistou o premiê da Guiné Sékou Touré, em que argumentava que a “dissolução (colonial) havia começado” e que “nada poderia mudar isso”. O embaixador acreditava ser dever do Brasil “adotar uma política no sentido de associação às aspirações afro-asiáticas” e manifestou alinhamento com as diretrizes políticas de sua época ao argumentar que “não seria, quiçá, antagônico ao pensamento íntimo de alguns dirigentes americanos”.

Em 1959, a localização de Moçambique no Índico foi objeto de discussão pelo diplomata José Maria da Gamboa (ARQUIVO DO ITAMARATY, ENTREPOSTO EM LOURENÇO MARQUES, 1959), particularmente o porto de Lourenço Marques (atual Maputo), que poderia ser um entreposto de “depósito franco” para estimular o comércio do Brasil com o Oriente. Dessa comunicação surgiu a ideia de transformar o consulado honorário naquela capital em consulado-geral e substituir o consulado-geral da Cidade do Cabo por uma “repartição de carreira simples”. A criação desse entreposto sugeriu ainda medidas análogas para Angola (e também Macau) de maneira a contemplar novos objetivos nas relações com Portugal.

No mesmo memorando, expõem-se os motivos do interesse brasileiro no porto de Lourenço Marques, que era “um dos portos mais bem estruturados de toda a costa oriental africana e recebeu 1.278 navios em 1956 e sua posição geográfica o transformou em um escoadouro do comércio dos países vizinhos”. A proposta ligava mercadorias brasileiras pelo Atlântico ao Índico e ao Pacífico em linhas marítimas europeias e asiáticas, com escala em Lourenço Marques, porto que recebia vinte linhas de cargueiros regulares desde Bombaim, Goa, Calcutá, Manila, Austrália e Nova Zelândia.

Nas palavras do diplomata José Maria da Gamboa, “Lourenço Marques seria a concessão mais importante e útil que Portugal poderia oferecer ao Brasil”. Uma outra questão é que o Brasil importava minério de cobre e de estanho da região congolosa do Katanga, ligada à Moçambique por uma ferrovia que terminava em Lourenço Marques. Segundo esse memorando, 4,7% do total das exportações da





África portuguesa eram destinados aos mercados orientais, representados por China, Japão e Austrália, de modo que o Brasil queria aproveitar essas conexões para incrementar seu comércio externo com países do Oriente via Lourenço Marques.

Para o diplomata, “a presença do Brasil em Lourenço Marques” se justificava principalmente “pelo interesse comercial em ampliarmos nossas exportações para os mercados da Ásia e Oceania”. Por outro lado, viu a inércia e a natureza das relações entre Brasília e Lisboa ao afirmar que:

Permanecem em uma atmosfera de sentimentalismo, pela ênfase quase exclusiva emprestada aos aspectos históricos comuns. As declarações e discursos que marcam o contato de personalidades brasileiras e portuguesas estão recheadas de louvores a Camões, navegantes e laços de amizade, sem que sejam acompanhadas de resultados realmente proveitosos (ARQUIVO DO ITAMARATY, ENTREPOSTO EM LOURENÇO MARQUES, 1959).

De maneira geral, segundo Pinheiro (1994, p. 252), entre 1946 e 1954, o Brasil “apoiou ativamente” os poderes coloniais e votou contra ou absteve-se de votar nas resoluções colonialistas nas Nações Unidas. Nos anos 1950, a África ainda não tinha um valor político para o Brasil. O que preocupava a diplomacia brasileira em relação à África era a formação de um Mercado Comum Europeu (em 1950) e o comércio entre esses dois continentes que, baseado na exportação de produtos africanos concorrentes com o Brasil (café, cacau e algodão), poderia prejudicar a economia brasileira (SARAIVA; GALA, 2012, p. 5).

Para Selcher (1970, p. 81), o Brasil não fez nada para tornar-se conhecido naquele continente e por isso não elaborou uma política coerente com seus interesses na região. Lembrando o embaixador Adolfo Bezerra de Menezes, para quem a “África era mais remota que crateras lunares”, o autor afirma que a discussão sobre esse continente no Brasil é tardia e que o Brasil tinha os pré-requisitos para ter um papel na África mais importante que qualquer outro país da América Latina.

Os motivos dessa postura eram os compromissos do Brasil com uma política internacional “anticomunista” e pelos vínculos assumidos pelo Estado brasileiro com Portugal. A partir dos anos 1950, o Brasil apoiou a França, contra a descolonização da Argélia, país cuja guerra começou em 1954 e que se tornou independente em 1962. Outros exemplos são a Tunísia e o Marrocos, processos nos quais o Brasil foi um mero “espectador passivo” (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 5).





O traço característico das relações entre Brasil e Portugal era a “retórica da afetividade” e um de seus efeitos foi a concepção de que suas relações diplomáticas só poderiam ser entendidas à luz de suas “identidades culturais”, como se houvesse “uma aliança natural e indestrutível que transcendia a volatilidade das conjunturas” (GONÇALVES, 2003, p. 15). Tal aliança foi negociada no governo de Getúlio Vargas, em 1953, ratificada em 1954 no governo de Café Filho e regulamentada no governo de Juscelino Kubitschek em 1960, e o produto dessa relação foi uma política externa brasileira orientada para a defesa do império colonial português. O início do apoio do Brasil à política portuguesa foi aceitar que Portugal não deveria ceder às reivindicações de incorporar Goa, Damão e Diu ao país indiano do sudeste asiático⁸.

Um exemplo do apoio brasileiro ao colonialismo português está no discurso do representante do Brasil, Donatello Grieco, na Quarta Comissão da XI Assembleia Geral das Nações Unidas em 30 de janeiro de 1957, sobre o item Territórios Não Autônomos, na qual afirma que “o Brasil foi província portuguesa, e os brasileiros orgulham-se da obra civilizadora” e que o Brasil herdou da colonização lusitana “o amor a todos os semelhantes, sem preconceitos de raça ou condição social” e que a “ancestralidade lusitana” é motivo de “autêntico orgulho” e que “formavam uma grande família” (GRIECO, 1957, p. 228).

Segundo Villela (1953, p. 246-252), foram estabelecidos quatro princípios no tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal, de 1953, quais sejam: (i) consulta mútua e obrigatória perante os temas internacionais, entendendo a consulta como “prova de confiança”; (ii) igualdade de direitos entre portugueses e brasileiros, princípio apresentado no artigo quarto, desenvolvido no artigo quinto e ampliado no sexto; (iii) constantes atualizações para que o tratado corresponda a uma execução a longo prazo, por meio de leis e regulamentos necessários para sua melhor aplicação e implementação; (iv) o compromisso de desenvolver uma comunidade luso-brasileira no mundo, que daria “um novo rumo nas relações das duas coletividades atlânticas”.

Entretanto, na década de 1960, a presença brasileira na África independente já era uma realidade. A Tabela 1 mostra o alcance da diplomacia nessa década.

8 Os territórios coloniais dos portugueses na Índia eram Goa, que compreendia também as ilhas de Andegiva, São Jorge e Morcego; Damão, com Dadra e Praganá-Nagar-Avele; e Diu, com Gogola e Simbor. Portugal tinha uma aliança com os Estados Unidos, pela concessão de base militar no arquipélago dos Açores. Em 1956, o governo norte-americano cancelou uma viagem de Nehru à Washington. Em 1961, a Índia ocupou militarmente esses territórios e o Brasil já estava comprometido com o Tratado de Amizade e Consulta, de modo que o Brasil passou a representar os interesses de Lisboa em Nova Déli (BEGUE, 2007, p. 18).



**Tabela 1. Relação das embaixadas do Brasil em África na década de 1960**

Categoria do Posto e Cidade	Data
Embaixada em Argel	1962
Embaixada no Cairo	1958
Embaixada em Rabat	1959
Embaixada em Túnis	1959
Legação em Pretória	1947
Embaixada em Acra	1961
Embaixada em Dacar	1961
Embaixada em Lagos	1962
Embaixada em Niamei	1961
Embaixada em Nouakchott	-
Embaixada em Bamaco	-
Embaixada em Lomé	1962
Embaixada em Adis Abeba	1961
Consulado em Argel	1918
Consulado na Cidade do Cabo	1937
Consulado em Lourenço Marques	1961
Consulado em Luanda	1961
Consulado em Nairóbi	1961

Fonte: elaborada pelo próprio autor com documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty em Brasília. 2016.

Em mensagem ao Congresso Nacional em 1961, o presidente Quadros expôs as diretrizes gerais de sua política exterior. No quinto ponto, do “Mundo Afro-Asiático”, propôs uma política de condenação do colonialismo e do racismo e manifestou interesse em criar representações do Brasil no continente e ainda afirmou que “não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo” (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, nos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) houve uma inclinação africanista na formulação da política exterior. Amorim (2011, p. 473) considera que nesse momento produziu-se o primeiro desenho de uma ação voltada para o continente africano, com o envio do jornalista Raymundo de Sousa Dantas como o primeiro embaixador negro do Brasil para Gana. Nesse sentido, para Cervo e Bueno (1992, p. 219), o governo de Quadros, se cotejado aos anteriores, deu o maior destaque ao continente africano até então.

O golpe de 1964 colocou o Brasil na órbita do alinhamento ao bloco ocidental na Guerra Fria e afastou a possibilidade de qualquer interlocução com os movimentos que já se encontravam em luta em Angola e Moçambique. Pinheiro





(1994, p. 264) alega que os países africanos tinham perdido importância para a concepção de política externa de Castelo Branco, salvo a África do Sul, principal parceiro comercial naquele continente, com quem o país manteria relações ao longo do regime do *apartheid*.

Em 1972, o ministro Gibson Barboza visitou nove países⁹ do continente africano entre os meses de outubro e novembro, na busca de estreitar as relações bilaterais. É nesse governo, segundo Pinheiro (1994 p. 269), que o governo brasileiro começa a entender os vínculos com Portugal como um “obstáculo ao seu desenvolvimento”. É relevante observar que no âmbito do boicote por países africanos à Israel, Portugal e África do Sul, havia possibilidade de o Brasil ser igualmente punido no que diz respeito às importações de petróleo.

Em telegrama secreto (CPDOC, MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1973) de 23 de fevereiro de 1973, o chanceler Mario Gibson Barboza expôs o resultado da viagem ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Rui Patrício, e apresentou notícias muito positivas das relações do Brasil com a África nos nove países que visitou. Para o ministro, a viagem “não significava o envolvimento do Brasil no problema africano português”. Reportou ainda que houve “grandes dificuldades para incluir declarações conjuntas em que não se contivessem ataques, mesmo indiretos, a Portugal.”

Nessa conversa, o chanceler português propôs que o próximo encontro de ministros do Exterior do Brasil e de Portugal fosse realizado em Angola ou em Moçambique, mas o representante brasileiro considerou o pedido “fora de questão”. Ao ver seu interlocutor insistir pela conveniência do pedido, Barboza respondeu que “isso seria interpretado pelos africanos como um desafio e resultaria num desgaste a mais para o Brasil nas Nações Unidas e na África”. Complementou ainda que tal encontro “seria tomado como um reconhecimento pelo Brasil do status de província que Portugal reclama para aqueles territórios” (Idem).

O crescente interesse no continente chocava-se com uma concepção limitada sobre o lugar da África na formação do Brasil. A embaixada brasileira em Lisboa promoveu, no final de 1972, na sede da Mocidade Portuguesa¹⁰, uma palestra intitulada “O Africano na Cultura e Literatura Brasileira”, proferida pelo professor e adido cultural Gladstone de Mello (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM

9 Costa do Marfim, Togo, Gana, Daomé (atual Benim), Zaire (atual R.D Congo), Camarões, Nigéria, Senegal e Gabão, entre 25 de outubro e 22 de novembro de 1972.

10 Organização Nacional da Mocidade Portuguesa, criada em 1936 e extinta em 1974, fazia parte do regime autoritário do Estado Novo português.





LISBOA, 1973). Essa comunicação é exemplo da ambivalência da PEB e mostra o nível em que se manifestava o apoio à Portugal, no momento em que afirmou ter sido, na colonização do Brasil:

Verificada a pouca serventia do índio para trabalhar nas lavouras, na criação de gado ou na construção de casas, principalmente pelo seu grande atraso cultural (...) Apelaram os senhores do engenho, os criadores e, mais tarde, os mineradores para a mão-de-obra africana.

Em suas observações, o Adido comentou que:

Foi terrível, desumano e criminoso o cativo, mas não há como negar que a sorte do preto no Brasil veio a ser melhor. Na África, esperava-o a morte ou a estagnação cultural (...) ele a pouco e pouco acendeu, e entrou a participar, em menor ou maior grau, nos benefícios da civilização.

Essa inquietação e crescente interesse da diplomacia brasileira em África não passou despercebida pelos vizinhos sul-americanos. Em 1973, a embaixada do Brasil em Caracas (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM CARACAS, 1973) enviava cópia do jornal venezuelano *El Nacional*, publicado em 14 de junho de 1973, cuja reportagem “África sola para Argentina y Brasil”, de José Ricardo Eliashev, comentava a presença de nove embaixadores africanos nas Nações Unidas em Buenos Aires. O jornalista assinalou a “intensa disputa” diplomática entre Brasília e Buenos Aires para a conquista do “vasto mercado do continente negro” e que a Argentina “desconhecia a importância estratégica que, para uma das potências latino-americanas, tinha a África” e ressaltou o “peso geopolítico” do esforço promovido pelas visitas do ministro Gibson Barboza ao continente. A “ofensiva do Brasil em África” foi “caracterizada por um critério cegamente comercial”.

Outro observador do Itamaraty no mundo, desta vez na África do Sul, o ministro De Salvo Coimbra, anexou (ARQUIVO DO ITAMARATY, LEGAÇÃO NA CIDADE DO CABO, 1973) um recorte do jornal *To the point* com a notícia “Brazil’s inroads”, onde afirmara que a “essência da política africana do Brasil busca melhorar seus laços com a África Negra ao mesmo tempo em que retém suas relações diplomáticas e comerciais com Portugal e África do Sul”.

O interesse de países africanos no Brasil também existia. Em 1973, os arquivos do Itamaraty mostram que algumas autoridades africanas visitaram o Brasil.





O ministro dos Negócios Estrangeiros do Zaire, Karl Bond; o ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa do Marfim, Usher Assouan; o ministro do Planeamento da Costa do Marfim, M. Diwara; o ministro da Agricultura da Tanzânia, J. Munjai; o ministro do Transporte e Obras Públicas da Nigéria, L. Okonnu, dentre outros.

Na década de 1970, a PEB ainda colidia com as dificuldades políticas e limites que envolviam o relacionamento com Portugal. Um exemplo foi a votação da Resolução 3061 das Nações Unidas sobre a recomendação da retirada das tropas portuguesas da Guiné-Bissau (UNITED NATIONS, 1973), uma decisão que implicava o reconhecimento tácito dessa colônia como um país independente. O Brasil votou contra, por entender que “seria anti-jurídico” conceder o reconhecimento a um governo que não tinha “o total controle do território nem era reconhecido pela maioria da população” (ARQUIVO DO ITAMARATY, SECRETARIA DE ESTADO, s/d). No entanto, a Guiné-Bissau foi a primeira colônia africana de Portugal a tornar-se independente, em 1974, e assim foi reconhecida pelo governo de Brasília.

De fato, a coerência da política exterior brasileira emergiu e foi possível graças aos triunfos dos movimentos de libertação em Angola e em Moçambique e pelo esgotamento do regime salazarista em 1974. Nesse caso, foi a África quem ajudou o Brasil em sua política africana e não o contrário: os processos de descolonização em Angola e Moçambique deram legitimidade para as aspirações africanas do governo brasileiro e o país se libertou das amarras do Tratado de Amizade, momento em que assume um posicionamento inteiramente novo, de ruptura com os períodos anteriores, reconhece o direito à independência de ambos os países e inicia o diálogo com os respectivos movimentos de libertação.

É nesse momento que a dimensão africana da PEB adquiriu contornos mais precisos. Ao chegar no poder, Geisel e seu chanceler, Azeredo da Silveira, iniciaram um processo de abertura do regime autoritário, no qual a política exterior teria o importante papel de conduzir o Brasil à universalização de suas relações, lógica subjacente da retomada de um projeto de poder de inserção internacional do Estado brasileiro, que explica o porquê do reconhecimento. Os primeiros passos dessa universalização foram o reconhecimento da China comunista, o reconhecimento do direito à autodeterminação da Palestina e o reconhecimento das independências de Angola e de Moçambique.

Em 1975, o Departamento de África, Ásia e Oceania (DAO) do Itamaraty era responsável por 86 países, que constituam as fronteiras da diplomacia brasileira. Em relatório de 1974 (CPDOC, DAO, 1974) para o chanceler Azeredo da Silveira, o chefe do DAO argumentou que a África representava uma oportunidade para





expandir as relações comerciais; deu atenção à Nigéria, que ocupava o lugar de décimo primeiro mercado para as exportações brasileiras de bens de consumo. Angola foi o segundo maior mercado para os produtos do Brasil na África e previa-se cooperação na área de prospecção e exploração de petróleo. Havia um levantamento das empresas brasileiras que operavam no exterior, salvo na América do Norte, conforme Tabela 2 a seguir.

Tabela 2. Empresas brasileiras operando no exterior em 1974

Região	Número de empresas no exterior
América Latina	15
Europa	5
África, Ásia e Oriente	7
Total	27

Fonte: elaborado pelo autor a partir de pesquisa no CPDOC, no fundo de pesquisa do Embaixador Azeredo da Silveira, 2016.

O ministro Azeredo da Silveira (Idem) subscrevia a ideia de “África Lusófona”¹¹ e tinha esperança na permanência da língua portuguesa nas colônias e nas “vantagens de um bom relacionamento com Angola e Moçambique”, que compreendeu nos seguintes termos:

esses Estados representam para a expansão do nosso comércio e nossa penetração na África, não se pode deixar de pensar o relevante valor estratégico desses Estados.

Mais adiante, observa:

Mesmo para os nossos interesses de planejamento estratégico, pois Angola e, sobretudo, Moçambique, na rota do nosso abastecimento de petróleo e do comércio com o Japão, se constituem as únicas alternativas válidas para o que poderia ser proporcionado pela África do Sul.

Um gesto de soberania?

As primeiras gestões para tornar o reconhecimento das independências possíveis foram realizadas em Brasília em 1974, no sentido de buscar um

11 Uma espécie de reconhecimento do valor histórico, cultural e social dos laços compartilhados entre as ex-colônias de Portugal, e do papel do idioma português como vetor de aproximação em matéria de diplomacia. Anos mais tarde, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa iria nascer desse tipo de concepção.





entendimento de alto nível, sem intermediários, entre as partes envolvidas. Por esse motivo, Silveira determinou a Ítalo Zappa, chefe do DAO, uma avaliação sobre o possível papel do Brasil nesses processos e a possibilidade de estabelecer relações com os movimentos. O ministro propôs criar em Lourenço Marques e Luanda uma representação especial, para observar de perto e manter contato com os movimentos de libertação. Essa foi a principal estratégia da diplomacia brasileira.

A segunda gestão foi a missão chefiada por Ítalo Zappa, e composta pelo embaixador do Brasil no Quênia, Frank Mesquita, e o conselheiro Sérgio Weguelin Vieira. Elaboraram um relatório secreto de 28 páginas sobre as entrevistas com os líderes da FRELIMO, do MPLA, da FNLA e da UNITA, o qual foi encaminhado ao chanceler e ao presidente. De Dacar, no Senegal, a missão partiu para Nairóbi, no Quênia, a fim de confirmar por telefone a realização das entrevistas com os líderes dos movimentos.

O Relatório apresentado por Ítalo Zappa (ARQUIVO DO ITAMARATY, MISSÃO DO DAO, 1974) mostra que seu objetivo era:

Fazer chegar à direção de cada um daqueles movimentos – todos reconhecidos por Portugal como legítimos representantes das populações de Angola e Moçambique – a expressão do interesse com que o governo brasileiro acompanhava o processo de descolonização dos dois territórios; explicar-lhes que esse interesse era, em primeiro lugar, ditado pela solidariedade do Brasil para com todos os povos empenhados em obter sua autonomia, preservar a integridade de seus territórios e procurar seu desenvolvimento por decisão própria e sem interferência de governos estrangeiros; acrescentar que, em relação à Moçambique e Angola, com os quais o Brasil tem afinidades especiais, o interesse se convertia em virtual dever de oferecer sua colaboração aos governos independentes que ali serão instalados.

No caso de Moçambique, a entrevista com o líder da FRELIMO, Samora Machel, realizou-se em Dar-es-Salam, na Tanzânia, no domingo, 1º de dezembro de 1974. Juntos de Machel estiveram o secretário de Informação, Jorge Rebelo, e Sérgio Vieira, secretário da presidência, que expressaram ressentimentos com a falta de apoio brasileiro e as expectativas dos moçambicanos quanto ao Brasil durante a fase de libertação.

Esse problema encerra particular interesse para avaliar a narrativa triunfalista da diplomacia de Brasília sobre sua inserção no continente africano, como se fosse desprovida de conflitos e baseada em uma visão objetificada da suposta “amizade” que sempre existiu nos laços com esses países. Naquele período, Angola e Moçambique estavam encerrando a etapa militar de suas lutas de libertação por





meio dos acordos de Alvor e de Lusaka, em 1975 e 1974, respectivamente, em que o governo de Lisboa reconhecia os direitos de autodeterminação, de independência e onde foram negociados os termos para o estabelecimento de um governo de transição, embriões da vida nacional desses países.

Ainda em Dar-es-Salam, a missão encontrou o fundador da FNLA, Holden Roberto, que comentou o fato de sua última entrevista com alguma autoridade brasileira ter ocorrido em 1961 (treze anos antes). Zappa lembrou que “o comportamento do Brasil no passado pode ter sido objeto de reparos”, mas o angolano manifestou uma “mágoa” e que o papel do Brasil poderia ter “salvado muitas vidas e encurtado longo período de provações” e aceitava a “colaboração desinteressada que o Brasil oferecia”.

No dia 2 de dezembro, o grupo entrevistou-se com Agostinho Neto do MPLA, também em Dar-es-Salam, sem entrar no mérito sobre “qualquer ressentimento à alegada omissão do Brasil no processo de descolonização”. De regresso à Nairóbi, mantiveram contato com a FNLA, com outros interlocutores, notadamente no dia 6 de dezembro, com Johnny Eduardo, encarregado das relações exteriores, e com Ngola Kabangu, encarregado do interior.

Nesse mesmo dia, 6 de dezembro, deslocaram-se para Luanda, onde iriam encontrar, no dia seguinte, a partir de intermediação do cônsul brasileiro naquela cidade, os representantes da UNITA e com a mais alta autoridade local, o alto comissário do governo português para Luanda, o almirante António Alva da Rosa Coutinho. A missão terminou com a partida do grupo em retorno ao Brasil, no dia 9 daquele mês.

No mesmo documento, a avaliação de Zappa, talvez muito alvissareira para o caso de Moçambique, considerou que “os futuros integrantes dos governos de Moçambique e de Angola se mostram agora inteiramente abertos” e que “eliminaram-se as suspeitas de ressentimento, que existia ou ainda existe, mas agora em grau muito menor”.

A condição para manter relações soberanas com Angola e Moçambique era assegurar e cultivar o diálogo com todos os movimentos de libertação fora da esfera das relações com Portugal. Essa foi a primeira vez em que a diplomacia brasileira iria operar nas frentes das descolonizações africanas e teve que considerar duas realidades: (i) a marcha sobre Luanda de três movimentos de libertação¹² e (ii) as notícias da FRELIMO sobre indecisão do futuro das relações bilaterais.

12 O MPLA controlava a capital Luanda, a FNLA a região norte do país e a UNITA a região Sul.





Durante o processo de libertação colonial, os três movimentos em Angola receberam assistência do exterior e houve interferência das grandes potências na região, notadamente da África do Sul, com apoio da União Soviética e de Cuba ao MPLA. O Brasil aceitava a tese do predomínio do MPLA sobre a descolonização angolana. Depois da independência, restou a questão da permanência de tropas cubanas em Angola. Conseqüentemente, o reconhecimento do governo do MPLA, um movimento de libertação marxista, em pleno regime militar no Brasil, fazia parte da estratégia brasileira de evitar “deixar” Angola aos braços da União Soviética ou de Cuba e perder espaço no subsequente engajamento com Luanda.

Moçambique também recebeu apoio e assistência do exterior e houve interferência da África do Sul e da Rodésia, o atual Zimbábue. A Resistência Nacional Moçambicana foi organizada pelo regime de Ian Smith¹³ como um movimento anticomunista para fazer frente à FRELIMO, que Samora Machel entendia como um inimigo externo que produziu uma “guerra de desestabilização”. A FRELIMO adotou um regime marxista na libertação e no pós-independência. Enquanto coalizão de outros movimentos de libertação, FRELIMO liderou a luta armada desde o início em 1964 e não houve necessidade de questionar o acolhimento da FRELIMO enquanto representante do povo moçambicano.

A situação do Brasil para a FRELIMO era bastante indefinida. A diplomacia da FRELIMO classificou os países como “irmãos”, os africanos membros da Organização da União Africana e os países socialistas; como “amigos”, principalmente os escandinavos e os governos holandês e britânico; e como “reacionários”, considerados por Samora Machel os fascistas, a Espanha e o Chile.

Uma correspondência (ARQUIVO DO ITAMARATY, CONSULADO EM LOURENÇO MARQUES, 1975) do consulado em Lourenço Marques para a Secretaria de Estado, em 12 de junho de 1975, mostra preocupação do cônsul Berenguer Cesar com a “possibilidade de não lograr o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e Moçambique independente” e que “os novos dirigentes estão obviamente marcando uma distinção entre os países que apoiaram o movimento de libertação e os que nada fizeram por ele”.

No mesmo documento, o cônsul Berenguer Cesar considerou que “caso malogrem todos os esforços, estamos justificados em nos retirarmos, conscientes de que demonstramos melhor boa vontade e fizemos o possível”. Caso fosse assim, os últimos encargos seriam o “destino a ser dado ao patrimônio do consulado,

13 Primeiro-ministro da Rodésia entre 1954-1979.





ao pessoal brasileiro nele lotado e, ainda, do atendimento a ser dado aos interesses de cidadãos brasileiros residentes em Moçambique”.

Em Angola, por outro lado, o conflito entre os movimentos de independência acirrou-se em suas vésperas e houve declarações sobre sua possível prorrogação, principalmente por Portugal. Considerando as divergências crescentes entre os movimentos, houve pressa pelo Brasil em reconhecer Angola e a representação especial acreditava que o Brasil poderia desempenhar um papel no sentido de preservar a data da independência. Por meio de telegrama secreto (ARQUIVO DO ITAMARATY, REPRESENTAÇÃO ESPECIAL EM LUANDA, 1975a), o diplomata Ovídio de Melo demonstra o interesse brasileiro na independência ao afirmar que:

Com a protelação, estaremos abrindo mão da dianteira que ganhamos sobre outros países com a abertura da Representação Especial. À medida que o tempo passe, mais países virão, teremos mais competidores. Enquanto não resolvermos este assunto, a Representação Especial em nada diferirá do antigo Consulado, pessimamente instalado.

Nesse sentido, o representante especial em Angola teve de elaborar um plano de evacuação de brasileiros de Luanda (ARQUIVO DO ITAMARATY, REPRESENTAÇÃO ESPECIAL EM LUANDA, 1975b), pelo agravamento da luta entre a FNLA e MPLA. Não se conhecia o número de nacionais que estavam na capital ou no país, mas colocaram-se avisos nos jornais locais. Ovídio de Melo encontrou a solução para o plano de evacuação em uma retirada pelo mar, pelo “Cabo Orange”, que se encontrava no porto de Luanda.

Naquele momento, a via aérea era “impraticável em caso de emergência, o aeroporto não era seguro e de difícil acesso”. Conta o diplomata sobre uma aeronave brasileira que levou medicamentos e demorou quatro dias para chegar. O navio chegou a zarpar quando houve ameaça de invasão da capital, com cerca de 25 brasileiros mais portugueses e angolanos. Ovídio de Melo ajudou os brasileiros que partiam a trocarem suas moedas por dólares no navio, porque os bancos estavam em greve.

Um episódio (ARQUIVO DO ITAMARATY, REPRESENTAÇÃO ESPECIAL EM LUANDA, 1975c) particular mostra o nível da manutenção e do zelo com que Ovídio de Melo conduziu a diplomacia em Luanda, que expressa a posição-chave que significava essas relações para Brasília. Uma firma publicitária brasileira, companhia “Reunidas de Comunicação”, contratada pelo FNLA para organizar propaganda política e eleitoral, tinha como chefe o jornalista brasileiro Luís





Fernando Câmara Cascudo, que havia ressuscitado um jornal local, o “Província de Angola”.

Nesse sentido, Ovídio escreveu telegrama (ARQUIVO DO ITAMARATY, REPRESENTAÇÃO ESPECIAL EM LUANDA, 1975d) ao jornalista para reforçar a “necessidade de evitar qualquer atitude que pudesse ser caracterizada como intromissão política nas lutas” pois esse inconveniente “poderia ser interpretado como intervenção brasileira na conturbada situação interna de Angola” e lembrou ao jornalista que “estivemos politicamente presentes durante toda esta fase de transição”.

No caso particular de Angola, três pontos da política perseguida pelo Brasil devem ser observados: (a) o caráter neutro do país; (b) que a não intervenção em assuntos internos não impediu reconhecer o governo do MPLA; e (c) que o país condenava qualquer intervenção estrangeira, fosse de Cuba ou de Portugal.

Para Santos (2014, p. 284), Samora Machel pensava o lugar do Brasil na política moçambicana a partir de três posições: (i) negou o pragmatismo da diplomacia brasileira, (ii) promoveu a soberania de Moçambique frente às ingerências que o país foi palco (na época do colonialismo) e (iii) manifestou apoio aos movimentos de esquerda no Brasil.

O processo de aproximação com Moçambique foi mais problemático do que com Angola. A decisão da FRELIMO, de não permitir a criação de uma representação especial antes da independência e não permitir que o Estado brasileiro participasse das cerimônias de independência em 25 de junho de 1975, expressa que os ressentimentos ainda continuariam por tempo indeterminado. O único representante brasileiro nessa data não era um funcionário do Estado, mas Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, que manteve contatos com a FRELIMO na Europa e na Argélia, onde viveu exilado e foi recebido por Machel. Não houve nenhuma autoridade oficial do Brasil nas cerimônias de independência de Moçambique.

O ressentimento de Moçambique sobre a postura do Brasil era uma realidade naquela altura. Ainda em 1979, procurando aproximar os dois países, Ítalo Zappa, embaixador em Moçambique, convidou Samora Machel para comparecer à posse do presidente-general João Figueiredo, proposta que não foi aceita pelo presidente moçambicano.

Em síntese, essas primeiras gestões, orientadas pelo ministro Azeredo da Silveira e realizadas pelo grupo chefiado por Zappa, consistiram em (a) iniciar o diálogo com os futuros governantes de Angola e de Moçambique, (b) tentar





eliminar suspeitas ou ressentimentos que neles ainda pudessem existir com relação ao Brasil, com mais sucesso em Angola do que em Moçambique e (c) deixar claro que estavam abertos os canais para a cooperação e comércio com o Brasil, os dois principais instrumentos de criação de confiança entre Brasília, Luanda e Maputo.

Conclusões

Este artigo apontou os antecedentes da dimensão africana da política externa brasileira e as primeiras gestões para tornar possível o reconhecimento das independências da República Popular de Angola e da República Popular de Moçambique. A obra do Brasil foi traçada por conveniências e interesses particulares, desenhados pelo contexto de recessão econômica, mas inspirados no desejo de universalização das relações internacionais do Brasil, projeto de poder do governo naquela altura.

Nesse sentido, as observações deste trabalho põem em evidência que o reconhecimento das independências foi uma inflexão na política exterior do Brasil. Em 11 de novembro de 1975, o governo brasileiro reconheceu a independência de Angola e do seu governo, o MPLA, por decreto em Brasília e em Luanda. A independência de Moçambique foi reconhecida em 25 de setembro do mesmo ano. Essa inflexão tem como eixo condutor o Itamaraty, na figura de Azeredo da Silveira, Ítalo Zappa e Ovídio de Melo. A falta de reconhecimento poderia ter implicado o isolamento do Brasil no continente africano, uma vez que os Estados africanos, da Argélia à Tanzânia, e a Organização da Unidade Africana, junto do Comitê de Libertação, prestaram solidariedade aos movimentos em ambos os países.

Por último, cabe referir que o reconhecimento foi um fator determinante para a inserção e ampliação dos vínculos da diplomacia brasileira em África. A principal consequência desse processo foi a manutenção e a expansão das relações bilaterais do Brasil com o continente africano. Em 1976, criaram-se seis embaixadas em Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Alto Volta (atual Burkina Faso) e Lesoto. Em 1977, abriram-se postos no Benin e na Guiné-Conakry. Nesse sentido, o reconhecimento das independências fez parte de uma concepção estratégica da política externa que entendia Moçambique e Angola como dois pontos focais para a presença brasileira no continente africano.





Referências Bibliográficas

- AMORIM, Celso. *Breves Narrativas Diplomáticas*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.
- ARQUIVO DO ITAMARATY, CONSULADO EM LOURENÇO MARQUES. Telegrama Secreto do Consulado-Geral em Lourenço Marques para Exteriores em 3 de março de 1974. “Relações Bilaterais. Encontro com Dr. Murrupa. Pedido de bolsa no Brasil”. Caixa n. 5, Lourenço Marques 001 a 269.
- ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA NA ÍNDIA. Ofício nº65 de José Chocrane de Alencar, embaixador do Brasil na Índia, para o embaixador Francisco Negrão de Lima, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Nova Déli, 15 de fevereiro de 1959. AMRE. Caixa 03 900.1 (00), Política Internacional, de (10) a (98).
- ARQUIVO DO ITAMARATY, ENTREPOSTO EM LOURENÇO MARQUES. Memorando Confidencial de José Maria da Gamboa para o chefe do Departamento Consular, de 17 de fevereiro de 1960. “Criação do Consulado Geral em Lourenço Marques e Consulado Simples em Luanda. Entrepostos Moçambique e Angola. Relações Brasil-Portugal”. Caixa 923 (42) (88).
- ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM LISBOA. Telegrama Secreto da Embaixada de Lisboa para Exteriores, de 5 de janeiro de 1973, n. 11, do embaixador Luís Antônio da Gama e Silva. Caixa Lisboa Ofícios (01) (73).
- ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM CARACAS. Telegrama Secreto. Embaixada do Brasil em Caracas para DAO, n. 505, em 15 de junho de 1973. “Relações do Brasil com a África” do embaixador Lucillo Haddock Lobo. Caixa 920 (B46) (A).
- ARQUIVO DO ITAMARATY, LEGAÇÃO NA CIDADE DO CABO. Telegrama Secreto. Legação do Brasil na cidade do Cabo para Exteriores, n. 58 de 11 de abril de 1973. “Artigo sobre a política de penetração brasileira na África”. Caixa 691.7 (B46) (A30).
- ARQUIVO DO ITAMARATY, SECRETARIA DE ESTADO .Telegrama Secreto da Secretaria de Estado s/d caixa 691.7 (B46) (A30)
- ARQUIVO DO ITAMARATY, MISSÃO DO DAO. Relatório da Missão com os Representantes dos Movimentos de Emancipação de Angola e Moçambique em 1974. Missão do Chefe do DAO”. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 273. Secreto.
- ARQUIVO DO ITAMARATY, CONSULADO EM LOURENÇO MARQUES. Telegrama Urgente-Secreto, do Consulado-Geral em Lourenço Marques para Exteriores, s/n, d 12 de junho de 1975. Caixa 900 (B46) (A20).
- ARQUIVO DO ITAMARATY, REPRESENTAÇÃO ESPECIAL EM LUANDA, 1975a Telegrama Secreto de Ovídio de Melo da Representação Especial do Brasil em Luanda. Sem classificação (ilegível).
- ARQUIVO DO ITAMARATY, REPRESENTAÇÃO ESPECIAL EM LUANDA, 1975b. Telegrama Secreto de Ovídio de Melo Representação Especial do Brasil em Luanda para Exteriores, n. 193 em 25 de agosto de 1975. “Remessa de Planos de Evacuação de Brasileiros de Angola”. Sem caixa.





- ARQUIVO DO ITAMARATY, REPRESENTAÇÃO ESPECIAL EM LUANDA, 1975c. Telegrama Secreto da Representação Especial do Brasil em Luanda para Exteriores, n. 251 em 24 de abril de 1975. “Começo do envolvimento do Brasil na luta entre os movimentos armados angolanos. Caixa ANGOLA 900.2 (F42) (A).
- ARQUIVO DO ITAMARATY, REPRESENTAÇÃO ESPECIAL EM LUANDA, 1975d. Telegrama Secreto da Representação Especial do Brasil em Luanda para Exteriores, n. 253 em 24 de outubro de 1975. “Política de Equidistância frente à intervenção estrangeira em Angola”. Caixa: 900 (B46) (A19).
- BEGUE, Sandrine. *Le Fin de Goa et de l`Estado da India: Decolonization et Guerre Froide dans le Sous Continente Indien (1945-1962). Vol. I.* Lisboa: Coleção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios do Estrangeiro de Portugal, 2007.
- BRASIL. Presidente (1961). Discursos selecionados do presidente Jânio Quadros. Brasília: Fundação Nacional Alexandre de Gusmão, 2009.
- BRASIL. Resenha de Política Externa do Ministério das Relações Exteriores, 1975.
- CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade colonialismo e libertação.* São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil.* Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 1992.
- COSTA E SILVA, Alberto. *Um Rio Chamado Atlântico.* O Brasil na África e a África no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2011.
- CPDOC, MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1973. Telegrama Secreto da o Chanceler para o Presidente da República em 23 de fevereiro de 1973. CPDOC. classificação AAS MRE 1974.10.00 de 00.10.1974 a 04/03/1979.
- CPDOC, DAO, 1974. Telegrama Secreto do DAO para Secretaria de Estado. 22 de janeiro de 1974, n. 13, Arquivo Antonio Azeredo CPDOC. classificação: AAS mre ag 1974.01.22.
- ELAIGWU, Isawa J. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In: MAZRUI, Ali (ed.). *História Geral da África VIII. África desde 1935.* Comitê Científico Internacional da UNESCO, 2010.
- GONÇALVES, Williams da Silva. *O Realismo da Fraternidade: Brasil-Portugal. Do Tratado da Amizade ao caso Delgado.* Lisboa: Universidade de Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- GRIECO, Donatello. Representante do Brasil, Donatello Grieco, na Quarta Comissão da XI Assembléia Geral das Nações Unidas em 30 de janeiro de 1957. *Scientia Iuridica*, v. IV, nº 29, maio-junho de 1957, p. 116-123, Sala de Revistas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra > . Acesso em: 18 de novembro de 2016.
- PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antônio Carlos. O Itamaraty e a África: as origens da política africana no Brasil. *Estudos Históricos*, nº 39, janeiro-junho de 2007, p. 57-81. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2561/1520> > . Acesso em: 20 de junho de 2016.





- PEREIRA PINTO, Paulo Antonio. Brasil e África: parceria e compaixão. *Mundorama – Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*. Disponível em: < <http://www.mundorama.net/2016/06/28/brasil-africa-parceria-e-compaixao-por-paulo-antonio-pereira-pinto/> > . Acesso em: 15 de junho de 2016.
- PINHEIRO, Leticia de Abreu. *Foreign Policy Decision-Making under the Geisel Government: the President, the Military and the Foreign Minister*. Thesis submitted for the degree of PhD of International Relations. Department of International Relations/ London School of Economics and Political Science, 1994.
- SANTOS, Vanicléia Silva. Brasil e Moçambique nos anos 1974-1986: economia e política externa no diálogo Sul-Sul. *Revista de Ciências Humanas*, v. 14, n. 2, 2014, p. 277-301. Disponível em: < <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol14/artigo1dvol14-2.pdf> > . Acesso em: 16 de junho de 2016.
- SARAIVA, José Flávio Sombra; GALA, Irene Vida. *O Brasil e a África no Atlântico Sul: uma visão de paz e cooperação na construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul*, 2012. Disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/sombra.rtf 2012 > . Acesso em: 16 de junho de 2016.
- SELCHER, Wayne Alan. *The afro-asian dimension of Brazilian foreign policy, 1956-1968*. Thesis submitted for the degree of PhD of International Relations. The University of Florida, Political Science International Law and Relations, 1970.
- TOSCANO, Danielle Maria Barandier. *A influência do Sistema Petróbras sobre a ação externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, 2004.
- UNITED NATIONS. *Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples*, adotada pela Assembleia Geral em 1960. Disponível em: < <http://www.un.org/en/decolonization/declaration.shtml> > . Acesso em: 20 de julho de 2016.
- UNITED NATIONS. United Nations General Assembly. Resolution 3061 XXVIII. “*Illegal Occupation by Portuguese Military Forces of Certain Sectors of the Republic of Guinea Bissau and Acts of Aggression Committed by them Against the People of the Republic*”, adotada pela Assembleia Geral em 1973. Disponível em: < <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/281/33/IMG/NR028133.pdf?OpenElement> > . Acesso em: 20 de julho de 2016.
- VILLELA, Álvaro Machado. O Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil. *Scientia Iuridica*, v. III, nº 10, outubro-dezembro de 1953, p. 244-259, Sala de Revistas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra > . Acesso em: 18 de novembro de 2016.

Nota: os documentos originados do Arquivo Histórico do Itamaraty e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) são fontes primárias.

